

Jumbo, agora, é pouco

ARNOLFO CARVALHO

da Editoria de Economia

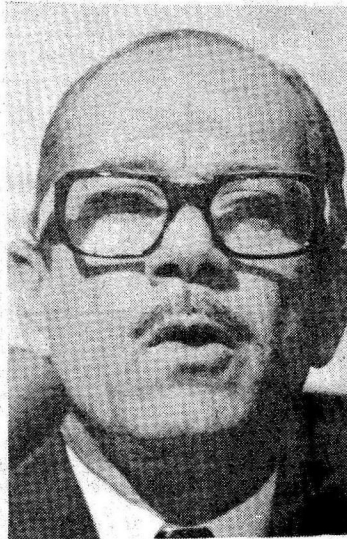
Wilson Pedrosa

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, voltaram a estudar ontem no Rio — onde Langoni chegou pela manhã, procedente de Nova Iorque — a possibilidade de encaminharem aos bancos credores um pedido de novos empréstimos-jumbos superior aos US\$ 10 bilhões até então programados. Com isto seriam atendidas as necessidades de pagamento dos juros externos deste ano e do próximo, de acordo com fortes governamentais que participam das negociações com os banqueiros.

Na próxima segunda-feira o ministro do Planejamento, Delfim Netto, deverá reunir-se com Galvêas e Langoni para montar um quadro mais preciso da renegociação da dívida externa, tendo em vista que nos últimos dias foram mantidas conversações diretas na Europa (com o Clube de Paris, que reúne os países industrializados com os quais o Brasil quer renegociar US\$ 1,5 bilhão da dívida de US\$ 7 bilhões, e com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosiere) e nos Estados Unidos.

MUDANÇA

Assessores do Banco Central



Galvêas e Langoni estudaram a nova proposta

não souberam precisar o resultado das conversações de Langoni com o Federal Reserve (banco central norte-americano), com o governo dos Estados Unidos e com os banqueiros reunidos no Comitê de Assessoramento, formado por 14 dos maiores credores para gerenciar a dívida brasileira, mas admitiram que houve

uma “mudança de atitude” por parte das autoridades brasileiras. Esta mudança seria a disposição, agora, de contrapor à exigência de não renegociar os juros — feita pelos credores — um pedido de recursos em volume bastante superior aos US\$ 9 ou US\$ 10 bilhões até então estimados.

Ainda em Nova Iorque o presidente do Banco Central deixara

claro, na última quinta-feira, que agora o Brasil vai “fazer as coisas direito”. Isto quer dizer, segundo seus assessores, que, ao invés de pedir novos empréstimos apenas no volume que os bancos **podem** emprestar, Langoni apresentará um pedido ao Comitê de Assessoramento de acordo com as reais necessidades de financiamento do balanço de pagamento deste ano e do próximo. Estas necessidades foram estimadas na semana passada, durante sucessivas reuniões entre o Banco Central e o Subcomitê de Economia (sobordinado ao Comitê de Assessoramento), e depois revistas nos Estados Unidos.

A tarefa principal do chefe do Departamento Econômico do BC, Alberto Furugen (que permaneceu nos Estados Unidos até este sábado), seria a de adequar as novas estimativas ao conjunto de estatísticas sobre o país, que está em poder do FMI. Para que os bancos aceitem examinar o pedido brasileiro, é preciso haver antes a concordância do Fundo, encarregado pela comunidade financeira internacional de exigir o cumprimento do “programa de ajuste econômico”. De qualquer forma, os novos empréstimos só entrariam em outubro ou novembro, na melhor das hipóteses, embora a maior parte — referente a 1984 — já deva ficar pelo menos assegurada desde agora.